

Introdução

Nas duas últimas décadas, alguns países – principalmente da Europa – enfrentaram graves crises alimentares, tais como a doença da “vaca louca”, a contaminação de dioxina na ração de aves e suínos e, mais recentemente, a controvérsia em torno dos alimentos transgênicos. Esses eventos levaram a uma “crise de confiança” do consumidor, com consequências econômicas significativas, emergindo daí a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o papel da ciência e da tecnologia na fabricação de novos riscos, no caso, os alimentares. Além disso, as crises alimentares tornaram visíveis também um “desencantamento” do público com as políticas reguladoras e a eficiência dos órgãos fiscalizadores e seus instrumentos, o que mostra a necessidade de um gerenciamento democrático do risco.

Em resposta a isso, os governos de muitos países buscaram uma reformulação da legislação e da estrutura dos sistemas de segurança alimentar, que passou a contar com maior participação da sociedade. Também foram feitos fortes investimentos na pesquisa sobre a percepção, bem como na comunicação sobre os riscos alimentares para o consumidor. Essas medidas buscavam restaurar a confiança dos consumidores e evitar futuras controvérsias. Dentro desse contexto, as Ciências Sociais têm adquirido, nesses países,

um papel influente na avaliação e diagramação de políticas públicas, bem como no estudo e teorização sobre a (des)confiança do consumidor.

É importante ressaltar que a questão da confiança tem atraído cada vez mais interesse dentro da academia e conta com diversas contribuições de diferentes disciplinas. Em relação à alimentação especificamente, esse é um campo marcado por uma profunda ansiedade e riscos (Fischler, 1979). Dentro do campo de pesquisa sobre riscos alimentares, a confiança como uma variável começou a receber atenção recentemente – pós-crisis alimentares. Apesar disso, já existe um número impressionante de estudos sobre confiança ligada à alimentação, feitas, em sua maioria, nos Estados Unidos ou em países europeus.

No Brasil, há muito menos casos de “pânicos alimentares”. No entanto, isso não quer dizer que não existam riscos, mas que o sistema de segurança alimentar não é eficiente para detectá-los e que estes não se tornam um assunto público ou centro de conflitos políticos. Além disso, há uma carência significativa de dados sobre a percepção pública acerca do desenvolvimento científico e tecnológico que caracteriza a desconsideração do engajamento público nesse debate e a falta de problematização dentro do espaço acadêmico sobre os riscos (Guivant, 2002, 2006a).

* Agradeço ao CNPq pela bolsa de pós-doutorado júnior.

Nesse trabalho, analisamos algumas das principais pesquisas sobre confiança na alimentação, buscando sistematizar as principais abordagens utilizadas e resultados encontrados nesse campo no cenário internacional. A seguir, apresentamos uma breve análise do sistema de segurança alimentar brasileiro, bem como o campo de pesquisa nacional, o que nos permite, nas considerações finais, formular sugestões de pesquisas para o Brasil.

Campo de estudos sobre confiança na alimentação

Uma busca rápida em revistas internacionais como *appetite*, *risk analysis*, *food policy*, *health, risk and society* e *journal of consumer culture*, com as palavras-chave *trust* e *food* (confiança e alimento/alimentação) apontou mais de 100 pesquisas sobre esse assunto, publicadas nos últimos quinze anos, embora a grande maioria tenha sido publicada nos anos mais recentes.

Como foi dito na introdução, a confiança tem atraído cada vez mais interesse dentro da academia e conta com diversas contribuições de diferentes disciplinas como a Ciência Política, a Economia, a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia, resultando em uma “diversificação de definições e dos aspectos da confiança que são estudados” (Lundâsen, 2002, p. 305).

Dentro do campo de estudos sobre confiança na alimentação, também se observa contribuições dessas diversas disciplinas. Algumas das teorias mais empregadas por essas pesquisas têm sido as da reflexividade de Ulrich Beck (1992; 1999), da confiança ativa de Anthony Giddens (1997, 2002) e da confiança com função de reduzir a complexidade proposta por Nicklas Luhmann (1979; 1988). Entretanto, apesar de parte das pesquisas adotar explicitamente uma

teoria sobre a confiança, alguns autores afirmam que o conceito de confiança não tem sido bem definido nas pesquisas (Siegrist, 2000; Frewer e Miles, 2003; Priest, Bonfadelli e Rusanen, 2003; Frewer, Scholderer e Bredahl, 2003).

Além disso, muitos dos conceitos que alguns estudiosos pensam que implicam na confiança, frequentemente também não são definidos (Frewer e Miles, 2003). Isso leva à outra discussão: confiança seria um conceito uni ou multidimensional e como isso é operacionalizado nas pesquisas?

Siegrist (2000) defende que a confiança deve ser vista como um constructo unidimensional, variando da confiança à desconfiança. Apesar disso, a confiança deve ser relacionada à determinada situação, uma vez que uma medida geral, de um domínio não específico da confiança em um ator não tem valor prático ou teórico (Siegrist e Cvetkovich, 2000; Siegrist, Cvetkovich e Roth, 2000). Já Vikhund (2003) faz uma distinção entre confiança específica e confiança geral. A confiança específica é limitada à determinada autoridade e à percepção da habilidade de proteger os cidadãos contra riscos. A confiança geral cobre vários alvos da confiança (diferentes atores sociais), assim como vários aspectos da confiabilidade (competência, honestidade etc.). Em seu estudo, Vikhund conclui que a confiança geral se mostrou um preditor mais potente na variação da percepção de risco do que a confiança específica.

Entre os autores que defendem que a confiança é um conceito multidimensional, também não há consenso. Alguns priorizam as diferentes características que influenciam na percepção da confiabilidade de um ator social, como conhecimento, competência, honestidade, preocupação etc. (Jonge *et al.*, 2008; Frewer e Miles, 2003; Maeda e Miyahara, 2003). Outros dão destaque para

diferentes aspectos que podem influenciar na confiança de um indivíduo ou grupo na alimentação de forma mais ampla, tais como a cultura, as práticas sociais e o comportamento institucional dos responsáveis por essa questão (Poppe e Kjaernes, 2003). Por fim, alguns autores discutem as dimensões da confiança em relação aos diferentes aspectos da própria alimentação, como a segurança, a qualidade, a nutrição, a ética etc. (Wales, Harvey e Warde, 2006; Halkier *et al.*, 2007).

Tal falta de consenso sobre as definições dos conceitos e a dimensionalidade da confiança pode ser inerente à complexidade que envolve o tema. Salvatore e Sassatelli (2004, p. 5) levantam algumas questões importantes que contribuem para organizar diferentes formas de pensar a confiança:

Que tipo de relação social está indicado na ideia de confiança? É suficiente falar de confiança e desconfiança ou são necessárias noções paralelas apontando para relações sociais contíguas, porém não idênticas, que também afetam as relações de confiança? É possível se prover uma definição única para todas as pessoas e todos os países? Como fatores históricos e institucionais contribuem para a definição de confiança e sua implementação prática?

Diferentes respostas para essas questões implicam diferentes abordagens para o estudo da confiança em relação à alimentação. Segundo Kjaernes *et al.* (2005), as abordagens dominantes nesse campo de estudo têm focado a confiança como um fenômeno individual, cognitivo. A visão individual (escolha do consumidor, responsabilidade do consumidor) é quase hegemônica nos estudos sobre percepção de riscos alimentares e domina também os estudos sobre a confiança dos consumidores na comida. Porém, os autores destacam que muitas teorias con-

temporâneas sobre as práticas de consumo sugerem que a escolha do consumidor não é baseada em cálculos instrumentais, mas que o consumo de alimentos é uma forma de ação social. Junto a isso, outro aspecto que influenciaria fortemente os padrões de compra e preparação de alimentos seria o das culturas alimentares regionais e nacionais, que constroem as identidades nacionais. Por fim, os autores argumentam que é preciso considerar que tais práticas ocorrem em instituições, o que implica uma divisão de responsabilidades entre diferentes atores “e, assim, de *quem* confia em *quem* sobre o *quê*, que é construída nessa relação” (p. 3). Desse modo, três formas de explicação para a variação de confiança (individual e transcultural) se destacam no campo de estudos sobre confiança na alimentação: estudos sobre o impacto da informação (percepção de risco/comunicação do risco), explicações culturais e explicações institucionais.

Segundo Poppe e Kjaernes (2003), embora a maioria dos estudos sobre o impacto da informação procure explicações para a variação da confiança em nível individual, cognitivo, eles também fazem contribuições que focam em fluxos de informação e confiança em um *setting* transcultural. Os principais representantes dessa abordagem admitem que receberam críticas sobre a falta de integração dos aspectos culturais e estão tentando levar em conta também a esfera institucional. Poppe e Kjaernes também argumentam que estudos empíricos recentes sugerem que as explicações culturais podem ser importantes em condições estáveis, marcadas por um consenso geral sobre valores e soluções. Já as explicações relacionadas à performance de instituições são necessárias para o entendimento da confiança em condições de turbulência e mudança social. Entretanto, esses autores consideram que, em vez de perspectivas que competem entre si, as abor-

dagens culturais e institucionais oferecem explicações parciais ou complementares.

A seguir, tentaremos sistematizar os principais resultados dessas três abordagens de pesquisa sobre a confiança. Todas as pesquisas citadas adiante ligam a questão da confiança com algum aspecto da alimentação, seja de forma geral ou mais específica (alimentos orgânicos, industriais, funcionais, geneticamente modificados, nanoalimentos, presença de aditivos, entre outros). Ao apontarmos os principais resultados, não faremos menção a cada tipo de alimento que determinada pesquisa faz referência.

Estudos sobre o impacto da informação (percepção de risco/comunicação de risco)

Alguns autores que analisam o histórico desse campo de pesquisa (Slovic, 1999; Siegrist, Cvetkovich e Roth, 2000) enumeram os fatores que têm sido considerados como influentes na percepção do risco, entre eles: características dos participantes (sexo, idade, raça/etnia, escolaridade, ocupação, renda, conhecimento/interesse, visões de mundo, afiliações, atitudes/valores etc.); características das tecnologias (incerteza, novidade, potencial catastrófico, controle dos riscos etc.); informação (quantidade, especificidade, valência, fonte etc.). Recentemente, a confiança como uma variável começou a receber grande atenção nesse campo de pesquisa.

Um pressuposto central nesses estudos é de que a maior percepção de benefícios, em detrimento de uma menor percepção de riscos, leva à maior aceitação da tecnologia em questão. Porém, dentro desse campo não há um consenso sobre se a confiança é um determinante ou uma consequência da percepção de riscos (Chrysochoidis, Strada e Krystallis, 2009) ou mesmo se se trata de uma relação causal ou se a inter-relação é

mediada por outros fatores (Poppe e Kjaernes, 2003).

Alguns autores argumentam que a confiança é um determinante importante no julgamento de riscos e benefícios na ausência de conhecimento (Siegrist, 2000; Siegrist e Cvetkovich, 2000; Sapp e Bird, 2003; Siegrist *et al.*, 2007; Siegrist, Stampfli e Kastenholtz, 2008). Apesar de utilizarem tal argumentação, os próprios resultados de algumas dessas pesquisas mostram dados contraditórios. Os resultados obtidos por Siegrist e Cvetkovich (2000), por exemplo, mostraram que não houve correlação significativa entre conhecimento e outras variáveis (confiança, percepção de risco). Os autores justificaram isso pelo estudo envolver um grupo homogêneo e, portanto, sem variação do nível de conhecimento.

Devido a tais contradições e falta de consenso, os estudos sobre a relação entre confiança e percepção de risco têm recebido duras críticas, mesmo dentro do próprio campo temático. Sjöberg (2001) argumenta que grande parte desses estudos são apenas teóricos e que as pesquisas empíricas apresentam dados fracos. Muitas réplicas desses estudos mostraram que o nível de explicação das medidas de confiança é de fraco a moderado, não explicando a maior parte da variância da percepção de risco. Além disso, existem dados contraditórios em estudos transculturais (por exemplo, na França foi identificada maior percepção de riscos acompanhada de um nível mais alto de confiança, enquanto nos Estados Unidos observou-se menor percepção de risco acompanhada de um nível mais baixo de confiança em relação a determinadas tecnologias ligadas à alimentação).

Outros estudiosos desse campo rebatem tais críticas argumentando que essa inter-relação é mediada por outras variáveis, como foi dito anteriormente. White *et al.* (2003) e Frewer, Scholderer e Bredahl (2003) apre-

sentam resultados de pesquisas que mostram que a confiança dos participantes em atores sociais ou na informação por estes apresentadas foi quase exclusivamente determinada pelas atitudes anteriores dos participantes em relação à determinada tecnologia.

Isso abre espaço para outro fator muito importante no campo de estudos sobre percepção do risco: o papel da informação e da comunicação do risco. Uma vez que a maioria dos riscos não pode ser percebida no nível do produto (no caso, o alimento), a comunicação dos riscos recebe grande importância.

Mais uma vez, um pressuposto central nesses estudos é de que a informação diminui a percepção de riscos, aumentando a aceitabilidade da tecnologia em questão. Em relação à confiança, argumenta-se que a informação aumenta a confiança (diminuindo a percepção de risco e aumentando a aceitabilidade) e que a desconfiança é explicada pela falta ou percepção errada da informação. Ainda que existam ligações entre informação e confiança, ela pode não ser causal, mas mediada por vários outros fatores (Poppe e Kjaernes, 2003).

Uma pergunta central nesses estudos é: Como a confiança é gerada através da informação? Para responder a essa pergunta, os estudos se concentram em três aspectos: a valência, a especificidade e a fonte da informação.

Um dos primeiros estudos a investigar a valência da informação na construção da confiança foi o de Slovic (1993). De acordo com o princípio da assimetria, Slovic argumentava que a confiança e a desconfiança são criadas e mantidas de formas diferentes. Eventos negativos têm efeito mais forte em diminuir a confiança do que eventos positivos têm de aumentá-la. A partir de então, surge uma série de estudos que buscavam investigar esse princípio, sugerindo diferentes explicações. Siegrist e Cvetkovich (2001)

confirmaram em sua pesquisa que o princípio da assimetria se devia a um viés negativo (informações negativas sugerindo a presença de risco são mais confiadas do que mensagens indicando a ausência de riscos). Os resultados obtidos por White *et al.* (2003) e por Cvetkovich *et al.* (2002) mostram que o efeito da valência da informação na confiança era moderado pelas atitudes anteriores dos participantes – as mensagens positivas não eram confiadas por aqueles que já tinham uma atitude negativa, sugerindo que a maior confiança em mensagens negativas se devesse a um viés confirmatório e não a um viés negativo. Já Poortinga e Pidgeon (2004) encontraram que o princípio da assimetria podia ser atribuído tanto ao viés negativo como ao confirmatório, dependendo do grupo estudado.

White e Eiser (2005) investigaram o papel da especificidade da informação na construção da confiança. Eles mostraram que a especificidade da informação (por exemplo, se a informação tratava de um evento específico ou de políticas mais amplas para regular determinada tecnologia) era um importante mediador do impacto da valência da informação na confiança. O princípio da assimetria só valeria para eventos e não para políticas e que o viés confirmatório também seria mediado pela especificidade da informação.

Baseadas principalmente na crítica de Wynne (1995), de que a confiança (ou a desconfiança) não diz respeito à falta de conhecimento (informação) ou da percepção (errada ou não) de risco, mas sim de uma análise do modo como as instituições responsáveis por determinadas inovações se comportam, os estudos sobre o impacto da informação têm recebido duras críticas (Groove-White, Macnaghten e Wynne, 2000; Sapp e Bird, 2003; Meijboom, Visak e Broom, 2006; Eden, Bear e Walker, 2008).

De acordo com Meijboom, Visak e

Broom (2006), a questão da confiança do consumidor não deve ser vista simplesmente como um problema relacionado ao comportamento do consumidor, mas como um problema de confiabilidade: quem quer ser confiado deve ser confiável. Assim, o deslocamento do foco da confiança para a confiabilidade enfatiza que a falta de confiança é um problema de quem quer ser confiado ao invés de de quem confia.

Como foi dito no início, alguns dos principais representantes desse campo de estudo têm tentado acatar tais críticas, considerando também a esfera institucional. A maioria desses estudos busca verificar quais são as características necessárias (conhecimento, honestidade, preocupação, competência, valores etc.) aos diferentes atores sociais (políticos, indústria, cientistas, ONGs, entre outros) para que estes sejam percebidos como fontes confiáveis de informação.

Frewer e Miles (2003) fizeram uma revisão de alguns desses estudos e mostram que não há um consenso entre os pesquisadores sobre quais características são mais importantes, apresentando até dados contraditórios. Alguns autores defendem um número maior de características (quatro a cinco). Outros criticam esse número dizendo que se trata de uma complexidade desnecessária e que tais estudos apresentam pouca evidência empírica, sugerindo um número reduzido de características (duas apenas). Frewer e Miles também destacam que muitos desses autores não definem as características que eles pensam influenciar na confiança. Além disso, Poortinga e Pidgeon (2003) chamam a atenção para o fato de que esses estudos empregam escalas predeterminadas pelos próprios autores, nas quais os respondentes não podem relacionar as características que acham mais importantes em relação à confiança.

Earle e Cvetkovich (1995 *apud* Siegrist, 2000) argumentam que os valores compar-

tilhados são a fundação da confiança. Para eles, a visão de mundo tem uma influência significativa na confiança em instituições responsáveis por regulamentar determinada tecnologia. Esses autores propuseram o modelo da saliência e similaridade de valores (*salient values and value similarity – SVS model*). Segundo esse modelo, o significado da situação determina quais são os valores salientes e, portanto, importantes para que um ator social seja percebido como confiável. A questão dos valores passou a receber grande atenção no estudo da confiabilidade de atores sociais em relação à alimentação. Os resultados do estudo de Siegrist, Cvetkovich e Roth (2000) mostraram que esse modelo é fortemente relacionado com atribuições de confiança social e o que pode ser importante para uma situação não necessariamente é para outra. Já Poortinga e Pidgeon (2003) encontraram pouco impacto desse modelo na confiança, mas argumentaram que esse modelo não exclui outros fatores explicativos.

Apesar das contradições apresentadas, o fato de esse campo de estudos estar tentando se abrir para a análise da esfera institucional já representa um avanço. De acordo com Poortinga e Pidgeon, os resultados desses estudos sugerem que ainda há muita pesquisa interessante a ser feita em relação ao modo como instituições (em vez de só riscos) são percebidas, como isso se relaciona com o histórico da competência da instituição e como isso então aparece nas avaliações dos diferentes tipos de confiança. São questões que abrem espaço para outro tipo de discussão que será apresentada nas duas seções a seguir.

Explicações culturais

Para as pesquisas que se baseiam nessa abordagem, fatores culturais parecem ser muito importantes para a construção de per-

cepções de confiança. Assim, valores, normas e códigos de comunicação enraizados culturalmente são exemplos de elementos contextuais possíveis de influenciar o modo como a confiança emerge em práticas relacionadas à comida. As práticas sociais se referem às atividades rotineiras e comportamentos estratégicos (de compra, preparação e consumo de alimentos, por exemplo), manifestadas no nível individual, mas que são enraizadas em aspectos culturais – regionais e nacionais –, que contribuem para a construção de e pertença a uma identidade nacional (Poppe e Kjaernes, 2003).

O projeto Trustinfood (*Consumer Trust in Food. A European Study of the Social and Institutional Conditions for the Production of Trust*), coordenado por Unni Kjaernes do National Institute for Consumer Research da Noruega, é um bom exemplo de pesquisa com essa abordagem. Esse projeto investigou, em seis países europeus (Dinamarca, Noruega, Alemanha, Inglaterra, Itália e Portugal), as condições sociais e institucionais suscetíveis de produzirem e manterem a confiança do consumidor na alimentação, buscando identificar e analisar os fatores que determinam a confiança na cadeia alimentar e nas fontes de informação, incluindo o papel dos agentes de mercado, as autoridades públicas, as associações de defesa do consumidor, os próprios consumidores, ONGs etc. A análise integrou dados quantitativos de uma amostra representativa dos consumidores de cada país envolvido, para avaliar como é que os consumidores lidam com as situações de confiança/desconfiança nas suas rotinas diárias e uma análise qualitativa de dados recolhidos em nível institucional (regional, nacional e da União Europeia) sobre as condições que levam à produção e manutenção da confiança (Kjaernes, Harvey e Warde, 2007).

Embora o projeto tenha buscado integrar ambas as explicações culturais e ins-

titucionais, apresentaremos, nessa parte, apenas os principais resultados dos dados quantitativos referentes à análise dos aspectos culturais. Para tanto, o questionário utilizado incluía: medidas de preocupações dos consumidores em relação à alimentação; práticas e estratégias para consumidores no papel de compradores, *eaters* (“comedores”) e cidadãos, com foco particular nas práticas relacionadas aos hábitos de comprar e comer, mas abrangendo também expressões de “voz”, como reclamações, boicotes e mobilizações; e variáveis sócio-demográficas (Poppe e Kjaernes, 2003).

Pode-se notar que a confiança nesse estudo é concebida como um fenômeno multidimensional que envolve: a confiança na comida em geral (impressão geral do *state of affairs* no mercado, considerando diferentes tipos de alimentos – de produtos verdes a carnes, de alimentos mais naturais a alimentos mais processados); a comida que é comprada para se levar para casa (processos de escolha de alimentos nos quais nos engajamos); avaliações a longo prazo das tendências na produção (o que os autores denominam de “pessimismo”), distribuição e venda de produtos alimentícios; e a confiança em atores institucionais (que será discutida na seção seguinte).

Dentre os resultados principais da pesquisa, destaca-se que, em relação à confiança na comida em geral, apesar dos escândalos alimentares recentes, os consumidores ingleses são em média os mais confiantes. Em oposição a isso, os alemães e os italianos são os consumidores com menos confiança. A ordem do *ranking* nacional das comidas consideradas “muito seguras” para se comer varia de país para país. A tendência geral é de que os produtos verdes sejam mais confiáveis, e que o primeiro item de carne esteja em 3º ou 4º lugar. A exceção desse padrão é a Inglaterra, onde os produtos de carne eram

muito pouco confiáveis. Isso demonstrou que, apesar dos altos níveis de confiança entre os consumidores ingleses, ainda há ceticismo em relação à carne.

As variáveis demográficas tradicionais tiveram modesto impacto na avaliação da confiança em cada contexto nacional. A única variável com efeito estatisticamente significativo em todos os países foi sexo: as mulheres têm menos confiança na comida do que os homens. No entanto, os autores encontraram efeitos modestos da responsabilidade por compra e hábitos alimentares na confiança. Pessoas que fazem as compras têm mais confiança na alimentação do que aquelas que não são responsáveis pela escolha dos alimentos. Por isso, eles sugerem que pesquisas futuras devam investigar melhor as práticas de escolha de alimentos.

A mudança do foco da confiança na comida em geral para confiança na comida que é levada para casa mostrou resultados diferentes. Embora os consumidores ingleses ainda estejam entre os mais confiantes, junto com os noruegueses e dinamarqueses, eles não mais se distinguem como antes. Os consumidores com menos confiança na comida levada para casa são os italianos e os portugueses. Os alemães têm uma confiança razoável em sua própria comida, e assim conseguem compensar o ceticismo geral com estratégias de compra adequadas, garantindo comidas seguras em seus lares.

Em relação às avaliações a longo prazo das tendências na produção, distribuição e venda de produtos alimentícios, os consumidores italianos e portugueses são os mais pessimistas e os ingleses os mais otimistas. Novamente, variáveis demográficas tiveram um impacto modesto na avaliação do pessimismo, com exceção do sexo, sendo as mulheres um pouco mais pessimistas do que os homens. Do mesmo modo, comportamentos de compra e alimentação tiveram signi-

ficativo impacto do pessimismo em muitos países, sendo tipicamente menos pessimistas as pessoas que compram comida com frequência ou comem carne e vegetais.

Combinando as pontuações nacionais de confiança na comida em geral e de pessimismo, Inglaterra, Dinamarca e Noruega são caracterizados por uma combinação de baixo pessimismo e alta confiança. Portugal e Itália mostram padrão inverso. A Alemanha fica no meio. Combinando as pontuações nacionais de confiança na própria comida e de pessimismo, obteve-se o mesmo resultado.

Explicações institucionais

De acordo com a abordagem institucional, as variações dos níveis individuais e nacionais de confiança em instituições estão associadas com avaliação da performance destas. Instituições que têm boa performance geram confiança, enquanto aquelas que têm uma má performance geram desconfiança e ceticismo. De acordo com Poppe e Kjaernes (2003), grande parte dos estudos nesse campo se pautam na teoria da escolha racional, enfatizando o papel do cálculo racional dos interesses próprios. Mas os autores destacam que tais avaliações de performance não podem ser vistas somente como uma consideração racional de interesses próprios, mas “como parte de um processo compreensivo, dinâmico, enraizado em *settings* culturais e históricos” (p. 14), o que abre espaço para uma combinação dessa abordagem com as explicações culturais.

Kjaernes *et al.* (2005) também enfatizam que a confiança nem sempre se limita a uma questão de aceitabilidade. Nesse sentido, algumas pesquisas têm discutido aspectos participatórios que parecem ser importantes para essa questão, uma vez que a confiança liga os cidadãos aos corpos regula-

mentadores que devem governar a seu favor, melhorando assim a legitimidade e eficácia da governança e processos democráticos. Para esses autores, a performance institucional não diz respeito somente à performance do mercado e das organizações políticas, mas inclui também a participação além da esfera política, devendo-se observar o contexto do mercado também como uma questão de ativismo e *feedback* do consumidor.

Como já foi dito, o projeto Trustinfood também buscou integrar explicações institucionais às culturais para a construção da confiança do consumidor europeu nas questões alimentares. Para investigar esse aspecto, foram utilizados dados quantitativos coletados através do questionário mencionado na seção anterior e também dados qualitativos – análise de mídia e entrevistas com atores do sistema alimentar de cada país. A seguir, discutiremos alguns dos principais resultados desse estudo.

Poppe e Kjaernes (2003) discutiram os resultados referentes aos dados quantitativos dos questionários aplicados aos consumidores dos seis países, sobre as visões destes a respeito da distribuição de responsabilidade entre consumidores e vários atores institucionais em relação a assuntos chave sobre alimentação, tais como: segurança, qualidade, nutrição, preço e ética.

Os atores mais ou menos confiados (e as razões para isso) variaram de país para país. No entanto, quando os consumidores eram perguntados sobre se confiavam que os diferentes atores falariam a verdade no caso de um escândalo alimentar, ordem do *ranking* de atores forma grupos de dois: em primeiro lugar estão as organizações dos consumidores e os peritos; depois, as autoridades e a mídia; em terceiro, aparecem os fazendeiros e as cadeias de supermercados; os últimos são os políticos e a indústria alimentícia. É interessante notar que essa ordem reflete a

distância relativa à fabricação dos produtos alimentícios e que o *ranking* é mais ou menos idêntico nos seis países. No entanto, em relação à pontuação geral dos atores que são acreditados por dizerem a verdade, os consumidores noruegueses e dinamarqueses aparecem como os mais confiantes, os alemães e italianos confiam em poucos atores e os consumidores ingleses e portugueses ficam no meio.

Os resultados também mostraram que quanto maior o número de atores percebidos como dizendo a verdade, maior o número de itens de comida considerados muito seguros para se comer. Em específico, acreditar que atores do mercado (produtores e vendedores) dizem a verdade aumenta significativamente o número de itens confiados de comida.

Dizer a verdade também tem influência na confiança na comida levada para casa, uma vez que quanto maior a confiança nos atores, maior a confiança nesse aspecto. Como também foi visto pelos dados apresentados na seção anterior, as pontuações combinadas dessas variáveis colocam Itália e Portugal nas regiões de baixa confiança, enquanto Dinamarca e Noruega ficam na área da alta confiança.

Kjaernes *et al.* (2005) também discutiram esses resultados. Segundo esses autores, “pode-se dizer que a institucionalização do consumo é uma das fontes mais importantes das diferenças nacionais. Práticas e contextos diferem e continuam a gerar resistência contra tendências dos sistemas alimentares da Europa a convergirem” (p. 14).

Eles argumentam que, entre os seis países, há considerável variação nacional da confiança em função de combinações e transições das condições institucionais e estruturais. Entretanto, eles identificam dois padrões gerais ideais. De um lado, notam-se relações que são baseadas em redes particulares. Isso ocorre nas sociedades em que pre-

domina a família grande, tradicional, poucas pessoas moram sozinhas e existe uma divisão clara de trabalho entre homens e mulheres. Por isso, muitas refeições diárias são cozinhadas com ingredientes frescos e preparadas num contexto familiar. As compras são feitas em pequenas lojas, dentro de sistemas de distribuição local e de pequena escala. A qualidade da comida não é padronizada e as avaliações são mais baseadas na experiência e na troca pessoal. Desse modo, familiaridade e proveniência da comida se tornam muito importantes. Do mesmo jeito, se lida com a desconfiança de forma mais particular em relação às lojas e fontes de alimentos. Nesse padrão, o papel do consumidor privado torna a agenda pública e agência do consumidor dentro dos sistemas mais amplos menos importantes.

Por outro lado, encontram-se as relações mais gerais que se apoiam em instituições complexas. Nesse padrão, o consumo de comida altamente processada é frequente e ligado ao número de mulheres que trabalham, assim como grande número de solteiros. A relação dos consumidores com o mercado é baseada na previsibilidade, havendo pouca diferenciação entre lojas, qualidades de comida ou sistemas de provisão. A indústria alimentícia é quem deve assegurar essa previsibilidade, por meio da distribuição via supermercados.

Halkier *et al.* (2007) analisaram os dados qualitativos (referentes à mídia e entrevistas com diversos atores sociais do sistema alimentar) de quatro países (Noruega, Dinamarca, Itália e Portugal) que participaram do projeto Trustinfood. Segundo esses autores, nos debates sobre regulamentação dos alimentos, o papel do consumidor individual se tornou uma questão importante, aparecendo novas expressões como o “consumo político”. Entretanto, nos debates societais sobre comida, diferentes definições do pa-

pel do consumidor podem ser encontradas. Assim, várias construções do consumidor são usadas em diferentes contextos nacionais na Europa.

Os autores também argumentam que as crises alimentares levaram a mudanças na política alimentar na União Europeia. No entanto, apesar da mudança ser percebida, os arranjos institucionais e a estrutura do setor alimentar ainda variam bastante nos quatro países, assim como o papel e a posição de diferentes atores no setor alimentar. Para os autores, essas diferenças são refletidas na maneira como os consumidores são enquadrados nesses países.

Por enquadramento do consumidor, os autores se referem às construções discursivas que são expressas por todos os diferentes tipos de atores sociais envolvidos no sistema alimentar de um país. Halkier *et al.* encontraram que os principais enquadramentos discursivos nesses países foram: na Noruega – o consumidor confiante, para o qual a segurança alimentar é central; na Dinamarca – o consumidor complexo, que discute a segurança, o preço, a qualidade e a questão ética dos alimentos produzidos; na Itália – o consumidor preocupado com a qualidade; e em Portugal – o consumidor desprotegido, para o qual a segurança e a qualidade *stand out*.

Os autores destacam que os dados da análise quantitativa (a construção que os próprios consumidores fazem de si mesmos e de sua agência social), discutidos anteriormente, correspondem à análise que os outros atores sociais fazem sobre eles. Mas os autores chamam a atenção para o fato de que tais enquadramentos são construídos não apenas pelo discurso, mas também pelos processos de institucionalização específicos. Assim, os enquadramentos encontrados podem ser relacionados aos arranjos institucionais e a estrutura do setor alimentar de cada um desses países.

De fato, os autores encontraram que, na Noruega, há consenso a respeito do papel do Estado na proteção do consumidor, que é reforçado por um mercado alimentar fechado, com restrições às importações. Na Dinamarca, também há consenso acerca do papel do Estado na proteção da segurança alimentar do consumidor, porém, o mercado alimentar desse país é mais aberto (o que representa mais escolhas e dilemas para o consumidor), assim, o consumidor fica responsável pela qualidade dos alimentos que compra. Na Itália, não há uma divisão clara da responsabilidade entre os atores sobre a responsabilidade alimentar, os produtores e vendedores focam na qualidade dos alimentos. Em Portugal, novamente não há uma divisão clara da responsabilidade entre os atores sobre a responsabilidade alimentar, o que se reflete até em controvérsias políticas, como na organização da Agência Alimentar Portuguesa. Mais uma vez, nota-se que a organização institucional combina com os enquadramentos feitos sobre o papel dos consumidores em cada um desses países.

Wales, Harvey e Warde (2006) analisaram especificamente o caso da Inglaterra. Os autores queriam entender como esse país, tomado como o vilão da Europa como fonte da maior crise de confiança recente¹, tornou-se o país com o nível de confiança mais alto em relação à segurança alimentar segundo os resultados do projeto Trustinfood. Os autores reconhecem que esses resultados não refletem uma confiança surpreendente no sistema alimentar inglês, uma vez que muitas pessoas relatam que estão comendo alimentos que não consideram muito seguros. Mesmo assim, o resultado geral é relevante dada as crises alimentares recentes.

Os autores analisaram como e em que extensão as respostas institucionais principais do governo britânico à crise e o desenvolvimento do sistema alimentar conseguiram

juntos superar a crise de governança exposta pelo caso da “vaca louca”. Eles relatam que, a partir dos anos 1990, começa a ser dado maior papel aos vendedores e consumidores. Além disso, a Agência Alimentar Britânica passa por uma reorganização, não mais defendendo os produtores, com independência científica e agregando um comitê de consumidores. Os supermercados também passam a contar com um sistema de rastreamento dos alimentos distribuídos. Tudo isso ajudou a superar a crise de suposta confiança.

Entretanto, os autores argumentam que uma nova crise começa a surgir com o problema da obesidade da população. Segundo os pesquisadores, o consenso entre os atores institucionais sobre a questão da segurança sanitária alimentar, em resposta à crise da “vaca louca”, representou significativo avanço em relação a essa dimensão da confiança. Contudo, isso não garantiu a estabilidade em relação às outras dimensões. A questão da obesidade e os desafios de nutrição e dieta “demonstram que as bases institucionais para a confiança na alimentação devem se vistas em uma perspectiva histórica. Não há um estado permanente de confiança: que é confiado, o que é confiado, e sobre o que a confiança diz respeito é um cenário que muda constantemente” (Wales, Harvey e Warde, 2006, p. 193).

O sistema de segurança alimentar brasileiro e a questão da confiança na alimentação no país

A partir da década de 1990, os supermercados no Brasil, assim como no contexto internacional, passaram a assumir novos papéis. Além do abastecimento de alimentos, esse setor fez investimentos também na produção, controle de qualidade e seleção de produtos, tornando-se central no processo de transformação do consumo alimentar

(Guivant, 2009). Ainda assim, esse setor divide espaço com outros tipos de arranjos, como as feiras e pequenos estabelecimentos locais. Também não se pode ignorar a importância que o setor informal ainda tem no país na produção e distribuição de alimentos frescos e processados, aumentando o número de riscos para o consumidor.

Nesse contexto, como entender o sistema de segurança sanitário alimentar brasileiro? Ainda que o país possua uma legislação de acordo com as normas internacionais (Casiano, 2009), segundo Guivant (2006b), o sistema de controle da segurança alimentar não é confiável em nenhuma de suas etapas (produção, estocagem, distribuição, comercialização, fiscalização etc.), devido a conflitos de interesses dentro do próprio sistema, o que gera fragmentação das políticas nas ações locais e federais. Também não há transparência de informações aos consumidores, uma vez que não se sabe quem toma as decisões, além de faltarem dados oficiais sobre, por exemplo, contaminações alimentares.

Como foi dito no início, as “crises alimentares” pelas quais muitos países passaram, como a crise da “vaca louca” e as controvérsias sobre os transgênicos, contribuíram não apenas para mostrar as falhas da ciência no controle dos sistemas segurança alimentar, mas levaram também a uma discussão sobre e revisão das normas que regulam tais sistemas, incluindo a participação da sociedade nos processos decisórios sobre os riscos causados pelo desenvolvimento científico-tecnológico.

No Brasil, essas crises não tiveram as mesmas consequências. Segundo Guivant (2002), a crise da “vaca louca” teve reflexos no país em 2001, quando o Canadá e depois o Nafta (North America Free Trade Agreement) embargaram a carne brasileira devido a uma suspeita de contaminação com EEB, destacando a ineficiência do sistema de con-

trole sanitário animal do Brasil, uma vez que não foi possível identificar imediatamente o destino do gado importado. Apesar disso, esse embargo foi interpretado como tendo razões econômicas e políticas devido à disputa comercial na Organização Mundial do Comércio (OMC) entre o Canadá e o Brasil por causa de subsídios à fabricação de aviões. Assim, essa crise, “em vez de provocar uma reflexão crítica sobre o sistema de segurança alimentar do Brasil, gerou uma resposta nacionalista, e não levou a uma discussão sobre a vulnerabilidade da saúde dos consumidores e a sustentabilidade do ambiente rural” (Guivant, 2002, p. 242).

Também a questão dos transgênicos, ao contrário do que foi visto nos países europeus, foi pouco questionada no Brasil e não teve uma participação efetiva da população. Mesmo que a necessidade de um debate público tenha sido mencionada pela coalizão contra a liberação dos transgênicos, faltou uma discussão sobre como tal debate deveria ser feito, como legitimar os espaços de participação e como escolher as estratégias mais eficientes para essa tarefa. Assim, as estratégias empregadas procuravam mais mobilizar do que engajar a participação do público no debate (Guivant, 2005, 2007).

Guivant (2006a) analisou o campo de pesquisa nacional sobre percepção pública dos transgênicos e concluiu que, ao contrário do cenário internacional, onde os dados dessas pesquisas muitas vezes constituem em um *input* fundamental para processos de legislação e regulação das inovações científico-tecnológicas, as pesquisas realizadas no país, além de serem poucas, apresentam sérias limitações metodológicas, chegando a respostas diferentes a partir da informação que é oferecida. Assim, esses dados apenas confirmam os argumentos que determinados grupos sociais, políticos ou econômicos encomendam as pesquisas, querem legitimar.

Em relação ao campo de estudos sobre confiança na alimentação no Brasil, a situação é ainda pior. Em uma pesquisa no portal da Scielo Brasil, com as palavras-chave *confiança* e *alimento/alimentação*, não obtivemos nenhum artigo. Em uma pesquisa mais ampla no portal do Google Acadêmico, encontramos apenas o relatório de uma pesquisa apresentada no 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural acerca de fontes de informação sobre alimentos (Lima Filho, Spanhol e Ribeiro, 2009). Essa pesquisa buscou identificar as fontes de informação consideradas importantes por consumidores da cidade de Campo Grande para obtenção de conhecimento sobre alimentação em diversas classes sociais. Ainda que tenha sido realizada dentro dos moldes do impacto da informação, essa pesquisa traz algumas contribuições sobre quais fontes de informações são consideradas como mais confiáveis pelos consumidores. Apesar de haver diferença nos níveis de confiança entre as classes sociais estudadas, de um modo geral, pode-se dizer que os pesquisadores da área de alimentos/nutrição, os médicos e os conselhos de medicina são as fontes de informação tidas como mais confiáveis. A seguir (e com um *score* bastante alto), aparecem os órgãos reguladores de alimentos e as autoridades do governo. Os vendedores de alimentos e as pessoas famosas são as fontes menos confiáveis.

Como já dissemos anteriormente, a alimentação, tem sido tomada, muitas vezes, como exemplo de uma discussão mais ampla sobre ciência e tecnologia. Assim, levando em conta a análise feita por Guivant (2006a), essa carência de dados na literatura nacional referente à percepção pública ou confiança do consumidor sobre a alimentação pode ser entendida em um contexto maior, no qual a carência significativa de

dados sobre a percepção pública acerca do desenvolvimento científico e tecnológico caracteriza a desconsideração do engajamento público nesse debate e a falta de problematização dentro do espaço acadêmico sobre os riscos, o que contribui para o fortalecimento da visão tradicional de ciência e sua relação com a política.

Considerações finais

De acordo com Salvatore e Sassatelli (2004), o interesse no gerenciamento democrático do risco na Europa demonstra que as crises alimentares e de confiança não são mais vistas como eventos singulares ou anormalidades.

A análise do sistema de segurança alimentar do Brasil mostra que o país possui uma legislação de acordo com as normas internacionais. Ainda assim, predomina uma situação em que os riscos alimentares existem devido à falha no sistema de fiscalização, esquema de denúncias, implementação de políticas públicas e espaço dedicado a essas questões na mídia.

Não é de admirar que existam menos casos de “pênicos alimentares” na população quando comparado ao debate que ocorre em outros países. Mas o que esse “silêncio” da população brasileira significa? Seria possível dizer que há uma confiança da população em relação ao sistema de controle de riscos alimentares? Ou seria mais o caso de “uma atitude de resignação ou indiferença frente aos possíveis riscos junto com o desconhecimento de sua dimensão” (Guivant, 2001, p. 107)? Esse é um campo vasto de exploração, no qual as Ciências Sociais têm ganhado, em muitos países, um papel influente na avaliação e desenvolvimento de políticas públicas. Assim, pode ser também um campo de futuras pesquisas nessa área no Brasil.

Nota

1 Os autores se referem ao episódio da EEB, que ficou conhecido como crise da “vaca louca”.

Bibliografia

BECK, Ulrich (1992), *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage.

_____. (1999), *World risk society*. Cambridge: Polity Press.

CASSIANO, Ana Carolina (2009), “Além do que se vê: uma análise do sistema de fiscalização dos riscos alimentares”, in J. Guivant; G. Spaargaren; C. Rial (orgs.), *Alimentos, consumo e globalização*. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina.

CHRYSSOCHOIDIS, George; STRADA, Anna; KRYSTALLIS, Athanasios (2009), “Public trust in institutions and information sources regarding risk management and communication: towards integrating extant knowledge”. *Journal of Risk Research*, v. 12, n. 2, p. 137-185.

CVETKOVICH, George *et al.* (2002), “New information and social trust: asymmetry and perseverance of attributions about hazard managers”. *Risk Analysis*, v. 22, n. 2, p. 359-367.

EDEN, Sally; BEAR, Christopher; WALKER, Gordon (2008), “The skeptical consumer? Exploring views about food assurance”. *Food Policy*, v. 33, n. 6, p. 624-630.

FISCHLER, Claude (1979), Gastro-nomie et gastro-anomie. *Communication*, n. 31, p. 189-210.

FREWER, Lynn; MILES, Susan (2003), “Temporal stability of the psychological determinants of trust: implications for communication about food risks”. *Health, Risk & Society*, v. 5, n. 3, p. 259-271.

FREWER, Lynn; SCHOLDERER, Joachim; BREDAHL, Lone (2003), “Communicating about the risks and benefits of genetically modified foods: the mediating role of trust”. *Risk Analysis*, v. 23, n. 6, p. 1117-1133.

GIDDENS, Anthony (1997), “A vida em uma sociedade pós-tradicional”, in U. Beck; A. Giddens; S. Lash (orgs.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. da Unesp.

_____. (2002), *Modernidade e identidade*. Trad. Pedro Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

GROOVE-WHITE, Robin; MACNAGHTEN, Phil; WYNNE, Bryan (2000), *Wising up: the public and new Technologies*. Lancaster: CSEC, Lancaster University.

- GUIVANT, Julia (2001), "A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia". *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 16, p. 95-112.
- _____. (2002), "Heterogeneous and unconventional coalitions around global food risks: integrating Brazil into the debates". *Journal of Environmental Policy & Planning*, v. 4, p. 231-245.
- _____. (2005), "A governança dos riscos e os desafios para a redefinição da arena pública no Brasil", in E. Silva; M. Santos; P. Bacarense (orgs.), *Ciência, tecnologia e sociedade: novos modelos de governança*. Brasília: CGEE.
- _____. (2006a), "Transgênicos e percepção pública da ciência no Brasil". *Ambiente & Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 81-103.
- _____. (2006b), "Riscos alimentares". *Revista do Idec*, 28 dez. 2006. Entrevista. Disponível em: <www.idec.com.br>.
- _____. (2007), "Transgênicos no Brasil: a necessidade de debater a governança de novas tecnologias", in J. R. M. Leite; P. R. A. Fagúndez (orgs.), *Aspectos destacados da lei de biossegurança na sociedade de risco*. Brasília: Conceito Editorial.
- _____. (2009), "O controle do mercado através da ecoeficiência e do ecoconsumo: uma análise a partir dos supermercados". *Política & Sociedade*, n. 8, p. 173-178.
- HALKIER, Bente *et al.* (2007), "Trusting, complex, quality conscious or unprotected? Constructing the food consumer in different European national contexts". *Journal of Consumer Culture*, n. 7, p. 379-402.
- JONGE, J. *et al.* (2008), "How trust in institutions and organizations builds general consumer confidence in the safety of food: a decomposition of effects". *Appetite*, v. 51, n. 2, p. 311-317.
- KJAERNES, Unni; HARVEY, Mark; WARDE, Alan (2007), *Trust in food. A comparative and institutional analysis*. Basingstoke: Palgrave.
- KJAERNES, Unni *et al.* (2005), "Trust and the institutionalization of food consumption", in Biannual Meeting of the European Sociological Association, Polônia, 9-12 set.
- LIMA FILHO, Dário; SPANHOL, Caroline; RIBEIRO, Adriane (2009), "Fontes de informação sobre alimentos: opinião de consumidores de três supermercados na cidade de Campo Grande – MS", in 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 1 dez. 2009. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/13/19.pdf>.
- LUNDÅSEN, Susanne (2002), "Podemos confiar nas medidas de confiança?". *Opinião Pública*, v. 8, n. 2, p. 304-327.

- LUHMANN, Niklas (1979), *Trust and power: two works by Niklas Luhmann*. Chichester: John Wiley & Sons.
- _____. (1988), "Familiarity, confidence, trust: problems and alternatives", in D. Gambetta (ed.), *Trust. Making and breaking cooperative relations*, New York: Basil Blackwell.
- MAEDA, Yasunobu; MAKOTA, Miyahara (2003), "Determinants of trust in industry, government, and citizen's groups in Japan". *Risk Analysis*, v. 23, n. 2, p. 303-310.
- MEIJBOOM, Frank; VISAK, Tatjana; BROOM, Frans (2006), "From trust to trustworthiness: why information is not enough in the food sector". *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, n. 19, p. 427-442.
- POORTINGA, Wouter; PIDGEON, Nick (2003), "Exploring the dimensionality of trust in risk regulation". *Risk Analysis*, v. 23, n. 5, p. 961-972.
- _____. (2004), "Trust, the asymmetry principle, and the role of prior beliefs". *Risk Analysis*, v. 24, n. 6, p. 1475-1486.
- POPPE, Christian; KJAERNES, Unni (2003), *Trust in food in Europe. A comparative analysis*. Disponível em: <www.trustinfood.org>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- PRIEST, Susanna; BONFADELLI, Heinz; RUSANEN, Maria (2003), "The 'trust gap' hypothesis: predicting support for biotechnology across national cultures as a function of trust in actors". *Risk Analysis*, v. 23, n. 4, p. 751-766.
- SALVATORE, Armando; SASSATELLI, Roberta (2004), *Trust and food. A theoretical discussion*. Disponível em: <www.trustinfood.org>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- SAPP, Stephen; BIRD, Sharon (2003), "The effects of social trust on consumer perceptions of food safety". *Social Behavior & Personality: an International Journal*, v. 31, n. 4, p. 413-422.
- SIEGRIST, Michael (2000), "The influence of trust and perceptions of risks and benefits on the acceptance of gene technology". *Risk Analysis*, v. 20, n. 2, p. 195-204.
- SIEGRIST, Michael; CVETKOVICH, George (2000), "Perception of hazards: the role of social trust and knowledge". *Risk Analysis*, v. 20, n. 5, p. 713-720.
- _____. (2001), "Better negative than positive? Evidence of a bias for negative information about possible health dangers". *Risk Analysis*, v. 21, n. 1, p. 211-218.
- SIEGRIST, Michael; CVETKOVICH, George; ROTH, Claudia (2000), "Salient value similarity, social trust, and risk/benefit perception". *Risk Analysis*, v. 20, n. 3, p. 353-362.
- SIEGRIST, Michael; STAMPFLI, Nathalie; KASTENHOLTZ, Hans (2008), "Consumers' willingness to buy functional foods. The influence of carrier, benefit and trust". *Appetite*, v. 51, n. 3, p. 526-529.

- SIEGRIST, Michael *et al.* (2007), “Public acceptance of nanotechnology foods and food packaging: the influence of affect and trust”. *Appetite*, v. 49, n. 2, p. 459-466.
- SJÖBERG, Lennart (2001), “Limits of knowledge and the limited importance of trust”. *Risk Analysis*, v. 21, n. 1, p. 189-198.
- SLOVIC, Paul (1993), “Perceived risk, trust, and democracy”. *Risk Analysis*, v. 13, n. 6, p. 675-682.
- _____. (1999), “Trust, emotion, sex, politics, and science: surveying the risk-assessment battlefield”. *Risk Analysis*, v. 19, n. 4, p. 689-701.
- VIKHUND, Mattias (2003), “Trust and risk perception in Western Europe: a cross-national study”. *Risk Analysis*, v. 23, n. 4, p. 727-738.
- WALES, Corinne; HARVEY, Mark; WARDE, Alan (2006), “Recuperating from BSE: the shifting UK institutional basis for trust in food”. *Appetite*, v. 47, n. 2, p. 187-195.
- WHITE, Mathew; EISER, Richard (2005), “Information specificity and hazard risk potential as moderators of trust asymmetry”. *Risk Analysis*, v. 25, n. 5, p. 1187-1198.
- WHITE, Mathew *et al.* (2003), “Trust in risky messages: the role of prior attitudes”. *Risk Analysis*, v. 23, n. 4, p. 717-726.
- WYNNE, Bryan (1995), “May the sheep safely graze? A reflexive view of the expert-lay knowledge divide”, in S. Lash; B. Szerszynski; B. Wynne (orgs.), *Risk, environment and modernity: towards a new ecology*. London: Sage.

Artigo recebido em setembro/2010

Aprovado em agosto/2011

Resumo

O estudo da confiança na alimentação: análise do campo de pesquisa

As crises alimentares, como o caso da “vacca louca” e a controvérsia sobre os alimentos transgênicos levaram a uma “crise de confiança” do consumidor, com consequências econômicas significativas em alguns países. Em resposta, seus governos buscaram reformular a legislação e a estrutura dos sistemas de segurança alimentar e fizeram fortes investimentos em pesquisa sobre a percepção e em comunicação sobre os riscos alimentares, buscando restaurar a confiança dos consumidores e evitar futuras controvérsias. No Brasil, essas crises, apesar de sentidas, tiveram consequências diferentes, sem que houvesse questionamento do sistema de segurança alimentar ou se considerasse a opinião pública sobre os riscos alimentares. Nesse trabalho, analisamos algumas das principais pesquisas sobre confiança na alimentação, buscando sistematizar as abordagens utilizadas e os resultados encontrados nesse campo no cenário internacional. Também apresentamos uma breve análise do sistema de segurança alimentar brasileiro, bem como o campo de pesquisa nacional, o que nos permite, nas considerações finais, formular sugestões de pesquisas no país.

Palavras-chave: Confiança; Alimentação; Pesquisa; Opinião Pública.

Abstract

The study food trust: an analysis of the research field

Food crises, as the case of “mad cow” and the controversy over genetically modified foods led to a “trust crisis” from the consumer, with significant economic consequences in some countries. In response, their governments sought to recast the legislation and structure of food safety systems and made heavy investments in research on perception and communication about food risks, seeking to restore consumer trust and avoid future disputes. In Brazil, these crises, although experienced, had different consequences, with no questioning of the food safety system and no consideration of public opinion about food risks. In this paper we analyze some of the leading research on confidence in food, trying to systematize the approaches used and results found in this field in the international arena. We also present a brief analysis of the food safety system in Brazil, as well as the field of national survey, which allows us, in concluding remarks, make suggestions for research in the country.

Keywords: Trust; Food; Research; Public opinion.

Résumé

L'étude de la confiance envers l'alimentation: une analyse du domaine de recherche

Les crises alimentaires, comme le cas de la “vache folle” et la controverse à propos des aliments génétiquement modifiés, ont conduit à une “crise de confiance” du consommateur, dont les conséquences économiques dans certains pays ont été importantes. En réponse à ces crises, les gouvernements de ces pays ont tenté de réformer la législation et la structure des systèmes de sécurité alimentaire et ont investi lourdement dans la recherche sur la perception et dans la communication sur les risques alimentaires, cherchant à rétablir la confiance des consommateurs et à éviter de futures controverses. Au Brésil, ces crises, quoique ressenties, ont eu des conséquences différentes sans, toutefois, que le système de sécurité alimentaire ait été mis en question ou que l'opinion publique sur les risques alimentaires ait été considérée. Dans cet article, nous analysons certaines des principales recherches sur la confiance dans les aliments, tout en cherchant à systématiser les principales approches utilisées et les résultats trouvés dans ce domaine sur le plan international. Nous présentons également une brève analyse du système de sécurité alimentaire au Brésil, ainsi que le domaine de recherche nationale, ce qui nous permet, en conclusion, de faire des propositions pour la recherche au Brésil.

Mots-clés: Confiance; Alimentation; Recherché; Opinion publique.